

## **Abrindo os sacos de "lixo": um novo modelo de gestão de resíduos está em curso no país**

**Elisabeth Grimberg**

*Socióloga e coordenadora de Meio Ambiente Urbano do Instituto Pólis*

Publicado em: 25/07/2007

*O que fazer, então, face ao desafio de destinar adequadamente mais de 100 mil toneladas de resíduos produzidos diariamente pelos nossos 5.561 municípios?* Restos de alimentos, embalagens descartadas, objetos velhos, estragados são jogados na "lata de lixo". Sobras significam, geralmente, algo desprezível, o lixo do qual queremos nos livrar. Lixo é responsabilidade da Prefeitura, que deverá levá-lo para bem longe e nos garantir a agradável sensação de limpeza e bem-estar.

Esta forma de olhar e lidar com as sobras de nossas atividades cotidianas é resultado de uma visão de gestão de resíduos que trata todos os materiais inservíveis como lixo. Cerca de 5 mil municípios brasileiros jogam seus resíduos de maneira inadequada, a céu aberto ou em aterros controlados, provocando situações de impacto social e de degradação ambiental. Os poucos municípios, 10% do total, que destinam corretamente seus resíduos para aterros sanitários, investem recursos consideráveis para enterrar matéria-prima — um contra-senso! Papel, vidros, plásticos e metais ao retornarem para a cadeia produtiva para serem reciclados reduzem gastos públicos, permitindo a aplicação dos recursos financeiros em áreas de maior relevância social, tais como educação e saúde.

Num país com altos índices de desemprego, fome e miséria, milhares de pessoas recorrem aos "lixões" para sobreviverem, alimentarem-se e coletarem materiais para serem vendidos para os intermediários que, além de tudo, os exploram. Estima-se que mais de 200 mil pessoas vivam hoje nestas condições.

O que fazer, então, face ao desafio de destinar adequadamente mais de 100 mil toneladas de resíduos produzidos diariamente pelos nossos 5.561 municípios?

### **Viabilizar a coleta seletiva**

O grande desafio para as prefeituras municipais, enquanto responsáveis pela destinação dos resíduos domiciliares, é o de mudar o atual modelo de gestão de resíduos, deixar de apenas enterrar resíduos e passar a implantar um sistema público que viabilize a coleta seletiva, a triagem e o reaproveitamento de materiais recicláveis, com inclusão social. Um novo modelo de gestão significa, portanto, reconhecer o trabalho dos catadores que atuam há mais de 50 anos no país como verdadeiros ambientalistas, diminuindo a quantidade e o volume dos resíduos destinados para depósitos a céu aberto e aterros sanitários. Vale salientar que a coleta seletiva feita pelos catadores contribui para destinar materiais pós-consumo para o "reciclo": para reutilização ou reciclagem e que eles são responsáveis por cerca de 30% dos materiais que são reciclados hoje no país.

## **Os catadores**

Qual é o sistema público de coleta seletiva que os catadores estão propondo em seus fóruns no país?

Inicialmente que sua profissão seja regulamentada em lei. A seguir, a proposta é que o poder público invista em programas de capacitação dos catadores para estruturação de cooperativas autônomas, para a geração de emprego e renda para os mesmos. No momento, a remuneração dos catadores organizados em associações ou cooperativas gira em torno de um a três salários mínimos. Quanto mais organizado for o trabalho e a qualidade dos materiais coletados ou doados, maiores poderão ser os rendimentos. Outro componente central do sistema proposto é a remuneração deste trabalho, enquanto um serviço prestado à cidade. Ainda que com estes gastos, certamente este sistema trará uma enorme economia para os cofres públicos, se comparados aos valores desembolsados para pagar os serviços das mega-empreiteiras. Também é necessário o desenvolvimento de programas voltados para viabilizar a aquisição de veículos e equipamentos e cessão de áreas públicas para instalação das unidades de triagem de recicláveis.

Uma outra frente de atuação dos catadores constitui-se na implantação de empresas de reciclagem de materiais, a exemplo do que ocorre nas associações que integram a Federação dos Recicladores do Rio Grande do Sul, que não se restringem à coleta, triagem e comercialização dos recicláveis e avançam sobre o processo de transformação final dos produtos. Está em andamento, neste estado, por exemplo, a criação de Pólos Alternativos de Polímeros, para reciclagem de plásticos. Para tal, é preciso o desenvolvimento de programas de fomento e subsídios de empreendimentos.

## **Novo modelo de gestão**

Em síntese, para transformar a realidade em questão, é necessária vontade política por parte dos prefeitos, bem como capacitação dos gestores municipais, tendo como referência experiências que alcançaram resultados positivos, tais como Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, São Bernardo do Campo, Santo André entre outros municípios.

Uma segunda resposta ao desafio remete a mudanças em nossos valores e atitudes, tanto no ato de consumir, quanto no de descartar o que já foi utilizado e "não serve mais".

Programas de mobilização e educação para a prática da cidadania podem trazer a compreensão dos benefícios ambientais envolvidos na proposta de um novo modelo de gestão: não geração de lixo, recusar embalagens desnecessárias, portanto, contribuindo para a redução de resíduos; a escolha de produtos permanentes, não descartáveis, para permitir sua reutilização e separação dos materiais para reciclagem. Também a sociedade pode ser sensibilizada para ser parceira, separando e entregando materiais limpos para os catadores.

Por fim, uma terceira forma de enfrentar este desafio, passa por instituir uma política nacional que regulamente as responsabilidades das empresas geradoras de resíduos, no setor da indústria, do comércio e de serviços.

Neste sentido, uma comissão especial do Congresso Nacional elaborou ante-projeto de lei sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, reunido com instituições que o integram, formulou diversas sugestões de modificações já encaminhadas para esta comissão.

Portanto, o modelo de gestão sócio-ambiental compartilhada, descentralizada, participativa, com inclusão social constitui-se numa nova via para o gerenciamento adequado de resíduos sólidos no país.

Mais que tudo, esta proposta traz a oportunidade de valorizar e reconhecer o trabalho dos catadores, de gerar emprego e renda, de retirar crianças e adultos de condições indignas de trabalho e aponta para o desenvolvimento de cidades justas, democráticas e sustentáveis, como proposto na Agenda 21.